

BLOCO I - DIREITO**DIREITO PENAL MILITAR**

01. Nos termos do Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), considere hipoteticamente que Soldado Paulo, Soldado José e Cabo Mário, militares lotados no 4º Batalhão da capital, se reuniram, sem armas e se negaram a cumprir ordem manifestamente legal de superior hierárquico, além de agir contra a referida ordem. Nesse caso, está configurado o crime de

- A) revolta.
 B) omissão de lealdade militar.
 C) motim.
 D) Do apologia de fato criminoso.
 E) organização de grupo para a prática de violência.

02. Nos termos do Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), no que concerne à equiparação do militar inativo (integrante da reserva ou reformado) a militar da ativa, é CORRETO afirmar que

- A) o militar inativo empregado na administração militar equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.
 B) não existe a possibilidade de o militar inativo se equiparar ao militar da ativa.
 C) mesmo sendo inativo, o militar cometerá todos os crimes militares previstos para o militar ativo.
 D) somente ocorrerá a equiparação do militar inativo ao ativo na hipótese de cometimento de crime propriamente militar.
 E) o militar inativo cometerá os crimes militares previstos para o militar ativo, exceto com relação ao crime de revolta.

03. No que se refere à aplicação da lei penal militar, de acordo com o Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), qual alternativa abaixo se refere-, de modo “formal e direto” ao princípio da legalidade?

- A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil.
 B) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
 C) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
 D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.
 E) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

04. Com base no Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), considerando o crime Violência contra superior disposto no artigo 157 do Código Penal militar, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- No crime de violência contra superior a pena é de detenção, de três meses a dois anos.
 É forma qualificada se o superior for comandante da unidade a que pertence o agente, ou oficial general.
 Se a violência é praticada com arma, a pena é aumentada de um sexto.
 Se da violência resulta lesão corporal, aplica-se, além da pena da violência, a do crime contra a pessoa.
 A pena é aumentada da metade, se o crime ocorre em serviço.

Assinale a alternativa que indica a sequência **CORRETA**.

- A) V, F, F, V, F. B) V, V, V, V, V. C) V, V, F, V, F. D) V, V, F, F, F. E) F, V, F, V, F.

05. Com base no Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), considerando o crime de deserção, disposto no artigo 187 do Código Penal militar, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- Comete o crime de deserção o militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias.
 Incorre na mesma pena o militar que não se apresenta no lugar designado, dentro de sete dias, findo o prazo de trânsito ou férias.

- Incorre na mesma pena o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade
- Se o agente se apresentar voluntariamente dentro de oito dias após a consumação do crime, a pena é diminuída de metade, e de um terço, se de mais de oito dias e até sessenta;
- Se a deserção ocorrer em unidade estacionada em fronteira ou país estrangeiro, a pena é agravada de um terço.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) V, F, V, V, V. B) V, V, F, F, V. C) V, F, F, V, F. D) V, V, F, V, F. E) F, V, F, V, F.

06. Com referência ao Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), em relação aos crimes contra a Administração Militar, o Código Penal Militar prevê o crime militar de “prevaricação”, o qual se caracteriza, quando o agente pratica a conduta de

- A) deixar de responsabilizar o subordinado que comete infração no exercício do cargo ou, quando lhe faltar competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- C) apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
- D) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- E) desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela.

07. A Lei 13.869, de 05 de setembro de 2019, dispõe sobre os crimes de Abuso de Autoridade. Com fundamento na elencada legislação, associe “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, seja servidor público ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.
- Podem ser sujeitos ativos dos crimes de abuso de autoridade os servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas.
- O crime de abuso de autoridade alcança dois sujeitos passivos, quais sejam: a pessoa (física ou jurídica) diretamente prejudicada pela conduta abusiva e o Estado que tem a sua imagem, confiabilidade e patrimônio ofendidos, quando um agente público pratica ato abusivo.
- Existem crimes culposos no diploma legal em evidência.
- Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- Ao iniciar qualquer apuração, seja sindicância ou investigação preliminar, é preciso justificar a própria deflagração da investigação.
- Nas diligências em que o sigilo é elemento necessário, pode juntar o resultado aos autos, mesmo antes da conclusão.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) V, F, V, V, V, F, V.
 B) V, V, V, F, V, V, F.
 C) V, F, F, V, F, V, V.
 D) V, V, V, V, F, F, F.
 E) F, V, F, V, F, V, V.

08. De acordo com a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor, analise as proposições a seguir:

- I.** Configura crime de preconceito de raça ou cor (Lei n. 7.716/1989) distribuir emblemas com símbolos que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
- II.** Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é caracterizado crime cuja pena é de três a cinco anos; se praticado contra menor de dezoito anos, a pena é agravada de um terço.

- III.** Mauro é funcionário público em uma escola estadual e, no exercício de seu cargo público, impediu o ingresso de um aluno no estabelecimento de ensino público em que trabalhava, em função de preconceito religioso. Mauro foi punido na forma da Lei nº 7.716/1989 e, como efeito da sua condenação, perdeu seu cargo público, o que ocorre de forma automática, por se tratar de falta grave.
- IV.** Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com o intuito de descontração, diversão ou recreação.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Todas as proposições estão corretas.
 B) Todas as proposições estão erradas.
 C) I e II estão erradas.
 D) Apenas a proposição III está errada.
 E) I, II e III estão corretas.

09. Com fundamento no código penal militar (decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), assinale a alternativa CORRETA.

- A) O militar da reserva, ou reformado, não conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.
 B) É considerada militar, para efeito da aplicação deste Código, qualquer pessoa que, somente em tempo de paz, seja incorporada às forças armadas, para nelas servir em posto, graduação ou sujeição à disciplina militar.
 C) Equipara-se ao comandante, para o efeito da aplicação da lei penal militar, toda autoridade com função de direção.
 D) O militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, considera-se inferior para efeito da aplicação da lei penal militar.
 E) O militar da ativa, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de inatividade, para efeito da aplicação da lei penal militar.

10. Quanto às disposições do Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Quando o agente age em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, terá sua pena diminuída.
 B) É considerado culpado quem comete crime sob coação irresistível ou que lhe suprime a faculdade de agir segundo a própria vontade.
 C) Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível senão quando física ou material.
 D) Comete crime o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, que, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
 E) Há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Em relação aos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, é CORRETO afirmar que

- A) são reconhecidos os direitos de sindicalização e de greve aos militares.
 B) caberá Habeas Corpus no que diz respeito às punições disciplinares militares, especialmente para a apreciação de questões referentes ao mérito.
 C) caberá Habeas Corpus no que diz respeito à punição disciplinar militar, mas apenas para a apreciação dos pressupostos de sua legalidade.
 D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos por Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, mesmo que se trate de acumulação de cargo de professor, técnico ou científico, ou ainda na área de saúde.
 E) é assegurado pela Constituição Federal o pagamento de adicional noturno aos Militares Estaduais ou Distritais.

12. Em relação às garantias constitucionais asseguradas ao Poder Judiciário e seus membros, é INCORRETO afirmar que

- A) os juízes gozam das garantias da vitaliciedade e da estabilidade, que, no primeiro grau, só serão adquiridas após dois anos de exercício.
- B) os juízes gozam de inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- C) os juízes gozam de irredutibilidade de subsídios.
- D) o Poder Judiciário goza de autonomia administrativa e financeira.
- E) o Poder Judiciário goza de autonomia orgânico-administrativo, cabendo-lhe a organização interna, a exemplo da eleição de seus órgãos diretivos e a elaboração de seus regimentos internos.

13. Em relação aos direitos políticos, é INCORRETO afirmar que

- A) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.
- B) a nacionalidade brasileira e o domicílio eleitoral na circunscrição são condições de elegibilidade.
- C) a idade mínima de 21 anos constitui uma das condições de elegibilidade para o cargo de Deputado Estadual.
- D) o pleno exercício dos direitos políticos e a filiação partidária são condições de elegibilidade.
- E) para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

14. Analise as afirmações abaixo em relação ao Estado de Defesa e ao Estado de Sítio:

- I. O tempo de duração do Estado de Defesa e do Estado de Sítio não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a decretação.
- II. A Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de Estado de Defesa ou de Estado de Sítio.
- III. Cabe ao Conselho de Defesa Nacional opinar sobre a decretação do Estado de Defesa e do Estado de Sítio.
- IV. Cabe ao Conselho da República autorizar a decretação do Estado de Sítio e opinar sobre a decretação do Estado de Defesa.

Estão CORRETAS

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) II e IV, apenas.

15. São órgãos previstos no Capítulo da Constituição Federal de 1988 sobre a Segurança Pública os citados abaixo, EXCETO

- A) polícia rodoviária estadual.
- B) polícia ferroviária federal.
- C) polícia civil.
- D) corpo de bombeiro militar.
- E) polícia penal federal.

16. Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete a função de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras

- A) à Marinha, à Aeronáutica e ao Exército.
- B) à polícia ferroviária federal.
- C) à polícia federal.
- D) à polícia rodoviária federal.
- E) às polícias militares.

17. Por expressa determinação na Constituição Federal, compete a execução de atividades de defesa civil

- A) à Força Nacional de Segurança.
- B) às Forças Armadas.
- C) às polícias militares.
- D) aos corpos de bombeiros militares.
- E) às guardas municipais.

18. Analise as afirmativas abaixo sobre as forças armadas:

- I.** Seus membros são denominados militares.
- II.** São constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.
- III.** Encontram-se sob a autoridade suprema do Presidente da República.
- IV.** Destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer deles, da lei e da ordem.

Estão CORRETAS

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

19. A Constituição Federal de 1988 prescreve que o decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração e especificará as áreas a serem abrangidas.**Além disso, deve prever medidas coercitivas relativas a restrições a direitos, EXCETO**

- A) à liberdade de culto.
- B) ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações.
- C) ao sigilo de correspondência.
- D) ao sigilo de comunicação telegráfica.
- E) ao sigilo de comunicação telefônica.

20. Em relação ao regime constitucional pertinente aos direitos e deveres individuais, é INCORRETO afirmar que

- A) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- B) é livre a manifestação de pensamento, e é assegurado o direito ao anonimato.
- C) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- D) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- E) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

DIREITO ADMINISTRATIVO**21 Em relação aos bens públicos, assinale a assertiva CORRETA.**

- A) O mar territorial, os potenciais de energia hidráulica e as terras de aldeamentos extintos, ocupadas por indígenas em passado remoto, constituem bens da União.
- B) As terras ocupadas por remanescentes de quilombos, os sítios arqueológicos e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União.
- C) Os bens públicos de uso especial e os dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- D) É absolutamente vedada a exigência de qualquer tipo de retribuição pelo uso comum dos bens públicos, ainda que prevista em lei.
- E) É possível a exigência do pagamento de retribuição pecuniária pela utilização de bens públicos de uso comum do povo, desde que observadas as exigências da lei.

22. Assinale a afirmativa INCORRETA em relação ao processo administrativo disciplinar.

- A) Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.
- B) Ante a imprescindibilidade da presença de advogado ao longo de todo o processo administrativo disciplinar, a ausência de defesa técnica por advogado na instrução de processo administrativo disciplinar resulta em sua nulidade de pleno direito.
- C) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar dispensa a exposição minuciosa dos fatos a serem apurados.
- D) O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: instauração, inquérito administrativo e julgamento.
- E) Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

23. Analise as afirmativas abaixo sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021):

- I.** Ante a publicação do novo marco legal das Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021), a Lei n. 8.666/1993, que regulamentava o tema, restou parcialmente revogada em relação aos dispositivos pertinentes a crimes, penas, processos e procedimentos judiciais, mantendo-se as demais previsões pelo período de dois anos, contados a partir da publicação da nova lei.
- II.** A nova Lei de Licitações e Contratos administrativos (Lei n. 14.133/2021) criou o Portal Nacional das Contratações Públicas, para a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos na Lei 14.133/2021, além de terem sido inseridos vários princípios, tais como o da transparência e o do planejamento.
- III.** Prática sobrepreço em licitação o contratado que, ao alterar orçamento de obras e serviços de engenharia, provoca desequilíbrio econômico-financeiro da obrigação avençada em seu favor.
- IV.** A Lei n. 8.666/1993 restou revogada integralmente, a partir da data da publicação da Lei n. 14.133/2021.

Estão INCORRETAS

- A) III e IV, apenas. B) II, III e IV, apenas. C) I, II, III e IV. D) I, III e IV, apenas. E) II e III, apenas.

24. Quanto ao Sistema de Registro de Preços, é INCORRETO afirmar que

- A) o edital de licitação para registro de preços deve dispor sobre as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida.
- B) o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado, quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
- C) o sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.
- D) a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- E) faculta-se aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

25. Tendo em vista os princípios da administração pública militar, é CORRETO afirmar que

- A) o princípio da impessoalidade autoriza o servidor público a fazer uso das prerrogativas do cargo para obter vantagens pessoais para si ou para terceiros.
- B) o princípio da autotutela reside no controle que a Administração Pública exerce em relação aos próprios atos, seja anulando seus próprios atos ilegais ou revogando aqueles considerados inconvenientes ou inoportunos.
- C) o sigilo dos atos administrativos vige como regra geral, admitindo-se excepcionalmente a publicidade de tais atos.
- D) o princípio da moralidade faculta ao administrador público prescindir dos princípios ético na condução de suas ações.
- E) todos os princípios da administração pública militar estão, expressa e taxativamente, previstos na Constituição Federal de 1988.

26. NÃO deve ser relacionado entre os princípios da administração pública:

- A) legalidade.
- B) impessoalidade.
- C) primazia da realidade.
- D) supremacia do interesse público.
- E) continuidade do serviço público.

27. Analise as seguintes afirmativas quanto ao Conselho de Justificação:

- I.** O Conselho de Justificação é composto de 3 (três) oficiais, da ativa, da Força Armada do justificante, de posto superior ao seu.
- II.** A Jurisprudência do STF é no sentido de considerar que a decisão proferida em Conselho de Justificação admite a interposição de recurso extraordinário, a despeito de sua natureza meramente administrativa.
- III.** Quando o justificante é oficial-general cujo posto não permita a nomeação de membros do Conselho de Justificação com posto superior, estes serão nomeados dentre os oficiais daquele posto, da ativa ou na inatividade, mais antigos que o justificante.

IV. Os oficiais subalternos em relação ao oficial acusado podem fazer parte do Conselho de Justificação.

Estão CORRETAS

- A) II, III e IV, apenas. B) II e IV, apenas. C) I, II, III e IV. D) III e IV, apenas. E) I e IV, apenas.

28. O novo marco jurídico das licitações e contratos (Lei n. 14.133/2021) positivou a possibilidade de entes federativos se consorciarem para a execução de compras compartilhadas.

Sobre isso, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.
 B) Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços.
 C) A instituição de centrais de compras para a realização de compras em grande escala nos termos da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/2021) encontra lastro nos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.
 D) No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, impõe-se necessariamente a constituição de consórcios públicos para a realização das compras compartilhadas nos termos da Lei n. 14.133/2021.
 E) Os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

29. Avalie as assertivas abaixo sobre a Responsabilidade Civil do Estado:

- I.** No Direito Brasileiro, o regime de responsabilização civil objetiva limitar-se, apenas, ao Estado e às pessoas jurídicas integrantes de sua administração indireta.
II. Será subjetiva a Responsabilidade Civil do Estado por acidentes nucleares.
III. Sujeita-se a prescrição quinquenal a pretensão quanto à indenização por danos morais em razão de atos de tortura praticados durante o regime militar de exceção.
IV. A teoria do risco administrativo, que fundamenta a Responsabilidade Civil objetiva do Estado, admite, também, a exclusão da responsabilidade estatal, quando restar provada a culpa exclusiva da vítima.

Estão INCORRETAS

- A) I, II e III, apenas. B) I, II, III e IV. C) I e III, apenas. D) II e IV, apenas. E) II, III e IV, apenas.

30. Em relação aos Servidores Públicos, é CORRETO afirmar que

- A) as indenizações percebidas pelo servidor a título de diárias devem ser incorporadas ao vencimento ou ao provento para qualquer efeito.
 B) o servidor poderá eximir-se sempre do cumprimento de seus deveres funcionais, quando motivado por crença religiosa.
 C) o princípio da irredutibilidade dos vencimentos possui natureza absoluta, não comportando qualquer exceção.
 D) a instauração de processo administrativo disciplinar exige necessariamente a prévia realização de sindicância.
 E) o vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos em virtude de decisão judicial.

31. Em relação ao sistema de registro de preços, previsto na Lei n. 14.133/2021, é INCORRETO afirmar que

- A) o sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.
 B) o sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
 C) o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
 D) o edital de licitação para registro de preços não precisará dispor sobre as condições para alteração de preços registrados.
 E) será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

32. Analise as assertivas abaixo sobre contratos administrativos:

- I.** Compete privativamente à União legislar de modo a criar normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.
- II.** As disposições dos contratos administrativos podem ser alteradas unilateralmente pela Administração Pública, em razão de motivo superveniente de interesse público.
- III.** Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada -, o autor obrigatoriamente deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, ainda que o objeto da contratação envolva atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação; hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.
- IV.** Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

Estão CORRETAS

- A) I, II, III e IV. B) I, II e IV, apenas. C) II e IV, apenas. D) I, II e III, apenas. E) II, III e IV, apenas.

33. Considere as assertivas abaixo quanto ao novo regime jurídico das licitações e contratos (Lei n. 14.133/2021):

- I.** Considera-se superfaturamento o preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.
- II.** Denomina-se comissão de contratação o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.
- III.** O sistema de registro de preços consiste na modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- IV.** O diálogo competitivo corresponde a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

Estão CORRETAS apenas

- A) II e IV. B) I, II e IV. C) II, III e IV. D) III e IV. E) II e III.

34. Em relação aos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que

- A) os atos praticados por particulares no exercício de função delegada do Poder Público e em razão dela são considerados atos administrativos.
- B) a presunção de legitimidade não impede o questionamento do ato administrativo perante o Poder Judiciário.
- C) a presunção de veracidade é atributo presente em todos os atos administrativos e ostenta caráter absoluto (*iuris tantum*).
- D) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- E) o ato administrativo simples pode ser expressão da vontade de um órgão colegiado.

35. Observe a seguinte afirmação: A administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.

Tal enunciado é expressão do princípio da

- A) autotutela. D) moralidade.
- B) vedação do comportamento contraditório. E) supremacia do interesse público.
- C) motivação.

DIREITOS HUMANOS**36. Quanto à Declaração Universal de Direitos Humanos, é CORRETO afirmar que**

- A) proclama que nenhum ser humano deve ser submetido a tratamento ou castigo cruel, admitindo-se a tortura apenas excepcionalmente.
- B) reconhece que todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, mas esse direito não compreende o direito de manifestar essa religião pelo ensino, prática ou culto em público.
- C) todos os seres humanos têm direito à liberdade de reunião e associação pacífica e podem ser compelidos a integrar, apenas, associações com fins pacíficos.
- D) todo ser humano tem direito ao trabalho e à livre escolha de emprego, mas isto não compreende, também, o direito a igual remuneração por igual trabalho.
- E) ela determina deveres aos governos no sentido de agir de certa forma ou de se abster de determinados atos, no intuito de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de indivíduos ou de grupos.

37. No que diz respeito à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, é INCORRETO afirmar que

- A) a referida Convenção determina a criação de um Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, dotado de expediente de relatoria periódica.
- B) a Convenção determina que os Estados-Partes devem reconhecer à mulher, em matéria civil, uma capacidade jurídica idêntica à do homem e as mesmas oportunidades para o exercício dessa capacidade.
- C) por se tratar de tratado de direitos humanos aprovado pelo Congresso Nacional, tem status normativo equivalente ao das emendas constitucionais.
- D) a mencionada Convenção determina que os Estados-Partes devem assegurar às mulheres os mesmos direitos que aos homens no que diz respeito à nacionalidade dos filhos.
- E) a Convenção em questão reconhece que a adoção de medidas especiais de caráter temporário, a fim de acelerar a igualdade de fato entre homens e mulheres, não deve ser considerada discriminação nos termos da Convenção, mas determina que tais medidas devem cessar quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados.

38. Quanto à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é INCORRETO afirmar que

- A) tem status normativo equivalente ao das Emendas Constitucionais.
- B) apesar de não ter natureza constitucional, ostenta caráter supralegal, por ser um tratado de direitos humanos aprovado pelo Congresso Nacional.
- C) a Convenção define as pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.
- D) a referida Convenção determina a criação de um Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que terá competência para examinar relatórios periódicos e petições de vítimas de violações das disposições da Convenção pelos Estados-Partes.
- E) a Convenção reconhece que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.

39. Ato que possa resultar na revisão da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em virtude de ajustes complementares que resultem em encargos gravosos ao patrimônio nacional, deve ser submetido à aprovação

- A) do Ministério da Mulher.
- B) do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.
- C) do Congresso Nacional.
- D) da Presidência da República.
- E) do Senado Federal, exclusivamente.

40. Quanto à proteção dos direitos humanos no direito brasileiro, é INCORRETO afirmar que

- A) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos.
- B) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

- C) o Brasil assumiu, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, compromisso pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.
- D) a partir da Emenda Constitucional 45/2004, todos os tratados internacionais de direitos humanos devem ser aprovados com votação em dois turnos nas duas casas do Congresso Nacional, com maioria de três quintos.
- E) incumbe à Defensoria Pública, entre outras coisas, como expressão e instrumento do regime democrático, a promoção dos direitos humanos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

41. Com base na lei de processo penal militar (Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar) e sua aplicação, assinale a alternativa INCORRETA

- A) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar; pela jurisprudência; pelos usos e costumes militares; pelos princípios gerais de Direito; pela analogia.
- B) Nos casos concretos, se houver divergência entre essas normas e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.
- C) Admitir-se-á a interpretação extensiva ou a interpretação restritiva, quando for manifesto, no primeiro caso, que a expressão da lei é mais ampla e, no segundo, que é mais estrita, do que sua intenção.
- D) O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.
- E) A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido literal de suas expressões. Os termos técnicos não de ser entendidos em sua acepção especial, salvo se evidentemente empregados com outra significação.

42. Considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações) acerca do exercício da polícia judiciária militar, associe “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- () A polícia judiciária militar é exercida pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro.
- () Obedecidas as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições inerentes ao exercício da polícia judiciária militar poderão ser delegadas a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado.
- () A delegação para instauração de inquérito policial militar deverá recair em oficial de posto igual ou superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.
- () Se o indiciado é oficial da reserva ou reformado, prevalece, para a delegação, a antiguidade de posto.
- () Compete à Polícia judiciária militar apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.

Assinale a alternativa que indica a sequência **CORRETA**.

- A) V, F, F, V, V. B) V, V, F, F, V. C) V, F, V, V, F. D) V, V, F, F, F. E) F, F, V, V, F.

43. Acerca do Inquérito Policial Militar, constante no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações), associe “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- () O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria.
- () Tem o caráter de instrução provisória.
- () A finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.
- () Em um IPM onde um Subtenente PM figura como investigado, o escrivão deve ser escolhido, necessariamente, dentre os demais Subtenentes da Unidade, independente da antiguidade entre o escrivão e o investigado.
- () O inquérito deverá terminar dentro de trinta dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

Assinale a alternativa que indica a sequência **CORRETA**.

- A) V, F, F, V, V. B) V, V, F, F, V. C) V, F, V, V, F. D) V, V, V, F, F. E) F, F, V, V, F.

44. De acordo com o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações), sobre o inquérito policial militar e o seu início, mediante portaria, analise as afirmativas a seguir:

- | |
|--|
| <p>I. quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, resulte indício da existência de infração penal militar.</p> <p>II. por decisão do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 25;</p> <p>III. a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal, cuja repressão caiba à Justiça Militar;</p> |
|--|

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) II e III, apenas. D) III, apenas. E) I, apenas.

45. Acerca do “incidente de insanidade mental”, conforme o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações) do acusado associe “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s). Ao final, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

- | |
|---|
| <p><input type="checkbox"/> Quando, em virtude de doença ou deficiência mental, houver dúvida a respeito da imputabilidade penal do acusado, será ele submetido a perícia médica.</p> <p><input type="checkbox"/> A perícia poderá ser ordenada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, ou do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do acusado, em qualquer fase do processo.</p> <p><input type="checkbox"/> A perícia não poderá ser ordenada na fase do inquérito policial militar, por iniciativa do seu encarregado.</p> <p><input type="checkbox"/> O laudo pericial deverá ser apresentado dentro do prazo de trinta dias, que o juiz poderá prorrogar, se os peritos demonstrarem a necessidade de maior lapso de tempo.</p> <p><input type="checkbox"/> A determinação da perícia, quer na fase policial militar quer na fase judicial, sustará a prática de diligências que possam ficar prejudicadas com o adiamento, e o processo quanto à produção de prova em que seja indispensável a presença do acusado submetido ao exame pericial.</p> |
|---|

- A) V, F, F, V, V. B) V, V, F, F, V. C) V, F, V, V, F. D) V, V, F, F, F. E) F, F, V, V, F.

46. Acerca das “medidas preventivas e assecuratórias”, previstas no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações) incidentes sobre coisas ou pessoas, é CORRETO afirmar que

- A) a busca poderá ser domiciliar ou pessoal.
- B) a busca domiciliar mesmo sem consentimento expresso do morador, poderá ser realizada à noite.
- C) a revista depende de mandado quando feita no ato da captura de pessoa que deve ser presa.
- D) finda a diligência, lavrar-se-á auto circunstanciado da busca e apreensão, assinado por três testemunhas, com declaração do lugar, dia e hora em que se realizou, com citação das pessoas que a sofreram e das que nelas tomaram parte ou as tenham assistido, com as respectivas identidades, bem como de todos os incidentes ocorridos durante a sua execução.
- E) as coisas apreendidas poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

47. De acordo com o Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Prisão provisória é a que ocorre somente durante o inquérito, antes da condenação definitiva.
- B) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem verbal de autoridade.
- C) A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente levada ao conhecimento da autoridade judiciária competente, com a declaração do local onde a mesma se acha sob custódia e se está, ou não, incomunicável.
- D) A prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais moderno.
- E) Se, ao tomar conhecimento da comunicação, a autoridade policial verificar que a prisão não é legal, deverá relaxá-la imediatamente.

48. Com base no Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), especificamente acerta do tópico “prisão provisória”, analise os itens.

Serão recolhidos a quartel ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão, antes de condenação irrecorrível:

- | |
|---|
| <p>I. os ministros de Estado.</p> <p>II. os governadores ou interventores de Estados, ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários e chefes de Polícia.</p> <p>III. os membros do Congresso Nacional, dos Conselhos da União e das Assembleias Legislativas dos Estados.</p> |
|---|

- | | |
|-------|---|
| IV. | os cidadãos inscritos no Livro de Mérito das ordens militares ou civis reconhecidas em lei. |
| V. | os magistrados. |
| VI. | os oficiais das Forças Armadas, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, Militares, inclusive os da reserva, remunerada ou não, e os reformados. |
| VII. | os oficiais da Marinha Mercante Nacional. |
| VIII. | os diplomados por faculdade ou instituto superior de ensino nacional. |
| IX. | os ministros do Tribunal de Contas. |
| X. | os ministros de confissão religiosa. |

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas dois itens estão corretos.
 B) Apenas nove itens estão corretos.
 C) Todos os itens estão corretos.
 D) Apenas três itens não estão corretos.
 E) Todos os itens estão incorretos.

49. O Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), trata da prisão preventiva, sob esse aspecto, a prisão preventiva, além dos requisitos do artigo 254 do mesmo código, deverá fundar-se em um dos seguintes casos, EXCETO

- A) garantia da ordem pública.
 B) conveniência da instrução criminal.
 C) periculosidade do indiciado ou acusado.
 D) segurança da aplicação da lei penal comum ou militar.
 E) exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.

50. Com base no Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), especificamente acerca do tópico da “prisão em flagrante”, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Se das respostas resultarem fundadas suspeitas contra a pessoa conduzida, a autoridade mandará recolhê-la à prisão, procedendo-se, imediatamente, se for o caso, a exame de corpo de delito, à busca e apreensão dos instrumentos do crime e a qualquer outra diligência necessária ao seu esclarecimento.
 B) Dentro em vinte e quatro horas após a prisão, será dada ao preso nota de culpa assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.
 C) Quando a prisão em flagrante for efetuada em lugar não sujeito à administração militar, o auto poderá ser lavrado por autoridade civil, ou pela autoridade militar do lugar mais próximo daquele em que ocorrer a prisão.
 D) Lavrado o auto de flagrante delito, o preso passará imediatamente à disposição da autoridade judiciária competente para conhecer do processo.
 E) O auto deverá ser mandado ou devolvido à autoridade militar, pela parte ou a requerimento do Ministério Público, se novas diligências forem julgadas necessárias ao esclarecimento do fato.

BLOCO II – CONHECIMENTOS GERAIS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

51. Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz.

Dentro da evolução do pensamento administrativo, analise os itens abaixo acerca da teoria clássica e neoclássica:

- | | |
|------|-----------------------------------|
| I. | Organização informal. |
| II. | Mudança organizacional planejada. |
| III. | Organização formal. |
| IV. | Funções do administrador. |

Estão CORRETOS apenas

- A) I e IV. B) II e III. C) III e IV. D) I e III. E) I e II.

52. As organizações exercem influência do ambiente externo diariamente. Elas possuem seus processos internos bem definidos e planejados. No entanto, fatores externos à organização podem influenciar sua dinâmica.

Pode-se afirmar que esses fatores são

- A) processos de produção de produtos da empresa.
- B) política fiscal estabelecida pelo Estado ou União.
- C) comunicação interna na organização.
- D) definição do aumento da produção.
- E) investimentos na ampliação da empresa.

53. Dentre as diferentes teorias do pensamento administrativo, a burocrática tem como princípio

- A) Racionalidade organizacional.
- B) Abordagem de sistema aberto.
- C) Caos e complexidade.
- D) Teorias da decisão.
- E) Motivação e liderança.

54. “Uma estrutura organizacional tradicional segue relações e processos hierárquicos, por vezes lentos, caros, burocráticos e engessados.”

O que diferencia as estruturas organizacionais tradicionais das inovadoras é

- A) o caráter da centralização.
- B) a forma horizontalizada na tomada de decisão.
- C) a instabilidade no ambiente profissional.
- D) a centralização no nível de staff.
- E) a coordenação por parte da base da pirâmide.

55. As organizações evoluem em razão da evolução da sociedade como consequência natural. Analise os itens abaixo e utilize “V” para as sentenças Verdadeiras e “F” para as Falsas em relação às características que formam as novas abordagens de gestão das organizações.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> () Perceber e expressar emoções () Usar as emoções como informações () Entender diferentes emoções () Administrar as emoções com indiferença |
|---|

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) VVFF.
- B) FVFF.
- C) VFVF.
- D) VVVF.
- E) FFVV.

56. A autoridade em Administração é caracterizada por ser “uma relação entre dois indivíduos, um superior, o outro subordinado.” Já a obrigatoriedade é a relação de um indivíduo assumir suas próprias ações.

A função maior da responsabilidade na organização é

- A) o dever de responder pelos próprios atos por meio da reparação de um dano.
- B) exercer a liderança autocrática.
- C) promover mudanças radicais dentro de uma organização.
- D) estabelecer uma relação imperativa junto aos subordinados.
- E) poder decidir, sem precisar ouvir o grupo.

57. A atividade de linha na estrutura organizacional é caracterizada como uma atividade de comando, sendo normalmente exercida por um gerente, diretor ou cargo administrativo. Já a de assessoria tem suas características. Assinale a alternativa que NÃO corresponde à atividade de assessoria.

- A) Aconselhamento.
- B) Análise.
- C) Estudo.
- D) Análise dos processos organizacionais.
- E) Definir as metas das unidades de produção.

58. A direção é um dos processos da Administração das organizações. Ela se refere ao relacionamento interpessoal do administrador com seus subordinados, considerada o processo de dirigir esforços coletivos para os objetivos desejados.

Ela atua nos seguintes níveis:

- A) Tático, Estratégico e Evolutivo.
- B) Institucional, Tático e Influenciador.
- C) Estratégico, Tático e Operacional.
- D) Evolutivo, Operacional e Institucional.
- E) Tático, Evolutivo e Operacional.

59. “A tomada de decisão nas organizações consiste em fazer uma escolha importante, normalmente dividida entre mais de duas possibilidades e que desdobrará consequências para o futuro, tanto do negócio quanto dos colaboradores e clientes.”

O processo de tomada de decisão exige 3 (três) bases fundamentais para auxiliar na questão. São elas:

- A) Arbitrariedade, autoconfiança e deliberação.
- B) Intuição, Análise e Feedback.
- C) Motivação, arbitrariedade e análise.
- D) Deliberação, informalidade e autoconfiança.
- E) Capacitação, análise e arbitrariedade.

60. O processo de controle nas organizações é de fundamental importância. Através dele, o administrador tem condições de promover uma melhor gestão dos resultados institucionais.

Sobre isso, analise os itens abaixo:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">I. Estabelecimento de padrões ou critériosII. Observação do desempenhoIII. ComparaçãoIV. Ação corretiva |
|--|

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) I e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

RACIOCÍNIO LÓGICO

61. Considere as afirmações

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">I. Se, e somente se, não há água disponível no sistema, então os extintores de pó químico serão acionados obrigatoriamente, e um alerta geral será emitido.II. Se, e somente se, há água disponível no sistema, então não será emitido um alerta geral e não haverá medidas adicionais a serem tomadas.III. Os extintores de pó químico foram acionados. |
|---|

Nestas condições, considerando como verdadeiras as afirmações I, II e III acima, é possível concluir logicamente que

- A) há água disponível no sistema.
- B) foi emitido um alerta geral.
- C) não foi emitido um alerta geral.
- D) há medidas adicionais a serem tomadas.
- E) não há medidas adicionais a serem tomadas.

62. Em um setor com 42 funcionários, considere as seguintes afirmações:

- I.** Existe, obrigatoriamente, uma quantidade maior ou igual que 5 deles cujo aniversário, este ano, cairá no mesmo dia da semana.
- II.** Existe, obrigatoriamente, uma quantidade maior ou igual que 5 deles cujo aniversário, este ano, cairá no mesmo mês do ano.
- III.** Existe, obrigatoriamente, uma quantidade maior ou igual que 2 deles cujo aniversário, este ano, cairá no mesmo dia do mês.

São VERDADEIRAS:

- A) I e II, apenas.
 B) I e III, apenas.
 C) II e III, apenas.
 D) I, II e III.
 E) Nenhuma das afirmações I, II ou III é, obrigatoriamente, verdadeira.

63. A negativa lógica da afirmação “Todo bombeiro militar é um servidor público e é um oficial da lei” é:

- A) Todo bombeiro militar não é um oficial da lei ou não é um servidor público.
 B) Todo bombeiro militar não é um oficial da lei e não é um servidor público.
 C) Todo bombeiro não é militar.
 D) Existe bombeiro militar que não é servidor público ou que não é um oficial da lei.
 E) Existe bombeiro militar que não é servidor público e que não é um oficial da lei.

64. Um dado setor é limpo de 6 em 6 dias corridos e, neste mesmo setor, a reposição de insumos é feita de 15 em 15 dias corridos. Se a primeira ocorrência simultânea neste setor de reposição de insumos durante a limpeza ocorreu em uma Segunda-Feira, a próxima ocorrência simultânea de limpeza e reposição de insumos no mesmo setor ocorrerá em uma

- A) Segunda-Feira. B) Terça-Feira. C) Quarta-Feira. D) Quinta-Feira. E) Sexta-Feira.

65. Considere a tabela a seguir referente à totalidade dos funcionários de uma dada empresa.

	Setor 1	Setor 2
Funcionários que se declaram do sexo masculino.	12 pessoas	15 pessoas
Funcionários que se declaram do sexo feminino.	36 pessoas	4 pessoas
Funcionários que não se declaram nem do sexo masculino nem do sexo feminino	3 pessoas	3 pessoas

Se um funcionário se declara do sexo masculino, a probabilidade dele ser também do setor 1 é

- A) menor ou igual a 20%.
 B) maior que 20% mas menor ou igual a 40%.
 C) maior que 40% mas menor ou igual a 60%.
 D) maior que 60% mas menor ou igual a 80%.
 E) maior que 80%.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

66. A Lei nº 11.817 de 24/07/2000, dispõe sobre o Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco, e de outras providências. Com base nesta norma, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- () A hierarquia militar nas OME é a ordenação de autoridade, em níveis diferentes, por Postos e Graduações.
- () A hierarquia é a rigorosa observância e o integral acatamento às leis, regulamentos, normas e disposições, aplicáveis às OME, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever, por parte de todos e de cada um dos integrantes das instituições militares.

- Estão sujeitos ao regime disciplinar, estabelecido neste Código, somente os militares na ativa, excetuando assim os da reserva remunerada e reformados.
- As transgressões disciplinares militares classificam-se, segundo sua intensidade e desde que não haja causa de justificação, em leves, médias e graves.
- A pena disciplinar militar é a sanção administrativa imposta ao militar estadual, com o objetivo de fortalecer a disciplina, a partir da reeducação do transgressor penalizado e da coletividade a que ele pertence, visando evitar a prática de novas transgressões.
- Relevação da pena é uma das modificações de aplicação de pena e consiste em tornar sem efeito a publicação dela.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) V, F, F, V, V, F.
 B) V, V, F, F, V, V.
 C) V, F, V, V, F, V.
 D) V, V, V, F, F, F.
 E) F, F, V, V, F, F.

67. De acordo com a Lei nº 11.817 de 24/07/2000, que dispõe sobre o Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco, e de outras providências marque a alternativa CORRETA.

- A) Reconsideração de ato, queixa, representação e revisão disciplinar são recursos disciplinares.
- B) A tramitação dos recursos tem caráter urgente, não podendo exceder a 08 dias, contados da data de recebimento do processo, devidamente instruído pela autoridade competente para solucioná-lo.
- C) Queixa é o recurso interposto, mediante requerimento, por meio do qual o militar que se julgue, ou julgue subordinado seu, prejudicado, ofendido ou injustiçado, solicita à autoridade que praticou o ato, que reexamine sua decisão e reconsidere seu ato.
- D) O pedido de Revisão Disciplinar deve ser apresentado no prazo máximo de 08 dias úteis, a contar da data em que o militar tomar conhecimento oficialmente do indeferimento do seu último recurso.
- E) A apresentação da queixa deve ser feita dentro de um prazo de 03 dias úteis, a contar da publicação em boletim da solução de que trata o parágrafo anterior.

68. A Lei nº 6.783 de 16/10/1974, dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco. Com base nesta norma, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- A Polícia Militar de Pernambuco, subordinada ao Secretário de Segurança Pública, é uma instituição permanente, considerada força auxiliar e reserva do Exército, com organização e atribuições definidas em Lei.
- Os alunos de órgãos de formação de policiais-militares da ativa são considerados policiais-militares na ativa.
- Os policiais-militares de carreira são os que no desempenho voluntário e transitório do serviço policial-militar, tem vitaliciedade assegurada ou presumida.
- O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e relacionados com a manutenção da ordem pública no Estado de Pernambuco.
- Os policiais-militares da reserva remunerada poderão ser convocados para o serviço ativo, em caráter permanente, mediante aceitação voluntária, por ato do Governador do Estado de Pernambuco, desde que haja conveniência para o serviço.
- A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) V, F, F, V, V, F.
 B) F, V, F, F, V, V.
 C) V, F, V, V, F, V.
 D) V, V, V, F, F, F.
 E) F, V, F, V, F, V.

69. De acordo com a Lei nº 6.783 de 16/10/1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco assinale a alternativa CORRETA.

- A) Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.
- B) Os Aspirantes-a-Oficial PM e os Alunos-Oficiais PM são denominados praças especiais.
- C) Os Alunos-Oficiais PM são declarados Aspirantes-a-Oficial PM pelo Governador do Estado do Pernambuco.
- D) Cargo policial-militar é aquele que só pode ser exercido por policial-militar em serviço inativo.
- E) A fé na elevada missão da Polícia Militar é um preceito da ética policial militar.

70. Considerando a Lei nº 6.783 de 16/10/1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco, analise as proposições a seguir:

- | |
|---|
| <p>I. O Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Pernambuco - SPSMPE é o conjunto integrado de direitos, ações permanentes e serviços destinados a assegurar a remuneração, a inatividade e a pensão militar dos militares integrantes da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) e do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) e seus dependentes.</p> <p>II. O SPSMPE atenderá às seguintes finalidades: proporcionar ao segurado e aos seus dependentes benefícios de inatividade e pensão militar, garantir o pagamento da remuneração da inatividade e dar cobertura aos eventos de invalidez para o serviço, idade e morte.</p> <p>III. Integralidade que é o direito do militar do Estado inativo ter o valor da remuneração na inatividade, assim como das pensões, revisto na mesma proporção e data de alteração do valor da remuneração dos militares ativos é um dos princípios norteadores do SPSMPE.</p> <p>IV. São contribuintes obrigatórios do SPSMPE, mediante desconto mensal em folha de pagamento, os militares do Estado ativos e inativos, e os respectivos pensionistas.</p> <p>V. A alíquota de contribuição para o SPSMPE é de 8,5%.</p> |
|---|

Assinale a alternativa CORRETA.

- | | |
|--|---|
| A) Todas as alternativas estão corretas. | D) Apenas a alternativa III está correta. |
| B) Todas as alternativas estão erradas. | E) I, II e III estão corretas. |
| C) Apenas as alternativas III e V estão erradas. | |

71. O Decreto 22.114 de 13/03/2000, dispõe sobre Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Estado de Pernambuco. Com base nesta norma, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- | |
|---|
| <p>() O Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Estado de Pernambuco norteia-se por princípios que formam a consciência profissional do militar estadual e representa imperativos de sua conduta, traduzindo-se pelo fiel cumprimento à lei, às ordens das autoridades constituídas, ao cumprimento dos princípios norteadores dos direitos humanos e dos demais princípios que norteiam a vida em sociedade.</p> <p>() Pundonor Militar consiste no envolvimento com uma tomada de consciência perante o caso concreto, ou seja, com a realidade, implicando no reconhecimento da obrigatoriedade de um comportamento militar coerente, justo e equânime.</p> <p>() Sentimento do dever militar é a qualidade do militar estadual, baseada no respeito próprio dos companheiros e da comunidade a que serve, visando o melhor e mais digno desempenho da profissão militar.</p> <p>() A Deontologia Militar é constituída pelo elenco de valores e deveres éticos, traduzidos em normas de conduta, que se impõem para que o exercício da profissão militar atinja plenamente os ideais de realização do bem comum, através da preservação da ordem pública.</p> <p>() Cultuar e zelar pela inviolabilidade dos símbolos e das tradições da Pátria, dos Estados, das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, cumprir os deveres de cidadão e preservar a natureza e o meio ambiente são deveres éticos, emanados dos valores militares e que conduzem a atividade profissional sob o signo da retidão moral.</p> <p>() Ao militar estadual da ativa é permitido exercer atividade de segurança privada, fazer parte de firmas comerciais, de empresas industriais e serviços de qualquer natureza, ou nela exercer função ou emprego remunerado, exceto como acionista, quotista em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.</p> |
|---|

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- | | |
|----------------------|----------------------|
| A) V, F, F, V, V, F. | D) V, V, F, F, F, F. |
| B) F, V, F, F, V, V. | E) F, F, F, V, F, V. |
| C) V, F, V, V, F, V. | |

72. Analise as afirmativas a seguir e, com fundamento no Decreto 22.114 de 13/03/2000, que dispõe sobre Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Estado de Pernambuco, marque a alternativa CORRETA.

- A) O Comandante Geral deverá determinar aos seus subordinados da ativa que, no interesse da salvaguarda da dignidade deles, informem sobre a origem de seus bens, quando haja razões que recomendem tal medida.
- B) É permitido a utilização de componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares em órgãos civis, públicos ou privados, sob pena de responsabilidade de quem os permitir, ressalvadas as situações previstas expressamente em lei ou regulamento.

- C) São proibidas aos militares estaduais da ativa quaisquer manifestações individuais ou coletivas sobre atos de superiores, de caráter reivindicatório, de cunho político-partidário e sobre assuntos de natureza militar de caráter sigiloso, sujeitando-se às demonstrações internas de boa e sã camaradagem e aos preceitos expressos no Regulamento Disciplinar.
- D) As disciplinas de Deontologia Militar, Direitos Humanos e Cidadania, serão ministradas como matérias curriculares facultativas nos cursos de formação, adaptação e aperfeiçoamento do militar estadual, em todos os níveis e quadros.
- E) Havendo concurso de crime militar e transgressão disciplinar, da mesma natureza, a apuração de responsabilidade criminal militar sobrestará o procedimento disciplinar.

73. Analise as afirmativas a seguir e, com fundamento na Lei Complementar nº 470, de 21 de dezembro de 2021 que dispõe sobre a Promoção dos Militares do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A promoção é um ato administrativo que tem como finalidade básica o preenchimento seletivo das vagas pertinentes ao grau hierárquico inferior, com base nos efetivos fixados em lei para os diferentes quadros ou qualificações.
- B) A promoção por merecimento é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um militar do Estado sobre os demais de igual posto ou graduação, dentro de um mesmo quadro ou qualificação e ocorre de forma imediata com a vacância pertinente, obedecidos os requisitos essenciais estipulados nesta Lei Complementar.
- C) O preenchimento das vagas do primeiro posto do Quadro de Oficiais da Administração obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação intelectual obtida no curso de formação, independentemente da antiguidade ou graduação que ocupava antes do início do curso, respeitando-se o limite de vagas existentes.
- D) A promoção por requerida resulta de ato incomum de coragem e audácia que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, represente feito de notório mérito, em operação ou ação inerente à missão institucional da Corporação militar, em serviço ou não.
- E) Será promovido post mortem o militar do Estado se ficar configurado nos autos do procedimento investigatório que na ação praticada houve ofensa à honra, ao pundonor, ao sentimento do dever ou ao decoro militar.

74. Conforme a lei nº 11.781, de 06 de junho de 2000 que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O processo administrativo somente pode iniciar-se de ofício.
- B) É permitida à Administração a recusa imotivada de recebimento de documento, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- C) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- D) Podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- E) A intimação observará a antecedência mínima de dois dias úteis quanto à data de comparecimento.

75. Assinale a alternativa INCORRETA, nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).

- A) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- B) Não estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- C) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- D) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- E) Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

76. Nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa), assinale a alternativa que corresponde a um ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

- A) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

- B) Nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;
 - C) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
 - D) Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;
 - E) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
-

77. Considerando o disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Federal nº 12.527/2011, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O prazo máximo de restrição de acesso à informação secreta é de 5 anos.
 - B) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
 - C) A Lei de Acesso à Informação aplica-se às três esferas de poder, ou seja, ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, não se incluindo o Tribunal de Contas, o Ministério Público, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
 - D) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência.
 - E) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.
-

78. Considerando o disposto na Lei Estadual nº 13.314, de 15 de outubro de 2007 que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Ocorre assédio moral horizontal descendente quando decorre de um membro hierarquicamente superior e atinge um subordinado.
 - B) Constitui assédio moral toda conduta abusiva que, intencional e frequentemente, atente contra a dignidade ou integridade física ou psíquica do servidor, ameaçando seu emprego, degradando o clima de trabalho e prejudicando o serviço público”.
 - C) Dentre as penalidades aplicáveis em razão de assédio moral, está a repreensão, que é aplicada verbalmente nos casos em que a conduta do agente for considerada leve.
 - D) A pretensão punitiva administrativa em face do autor do assédio moral prescreve em seis anos para as penas de repreensão, suspensão e multa.
 - E) Configura a prática de assédio moral com abuso de poder hierárquico, a conduta de expô-lo a críticas ou comentários improcedentes; subestimar ou não reconhecer os seus esforços.
-

79. Conforme a Portaria do Secretário de Defesa Social nº 395, 13 de agosto de 2015) que dispõe sobre as instruções normativas para a elaboração de sindicância para os militares estaduais de Pernambuco assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Sindicância é o processo formal, apresentado por escrito, cuja finalidade é a apuração das infrações disciplinares e sua autoria, que não enseje a instauração de outra espécie de Processo Administrativo Disciplinar Militar.
 - B) O encarregado não poderá proceder sindicância em que tenha dado parte acerca do fato a apurar, seja ele próprio o sindicado, seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, parte ou interessado no Processo e tenha anteriormente e formalmente emitido juízo de valor acerca dos mesmos fatos em outro Processo ou procedimento.
 - C) Os responsáveis pela instauração de Sindicância no âmbito das Corporações deverão remeter cópia da Portaria instauradora para a Corregedoria Geral por meio eletrônico, no prazo de 48 horas de sua publicação, bem como o respectivo relatório e Solução, no mesmo prazo, quando de seu encerramento.
 - D) A autoridade instauradora fixará na Portaria o prazo inicial de 60 dias corridos para a conclusão da Sindicância, admitida prorrogação, devidamente justificada, por no máximo igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.
 - E) O Sindicado deverá ser notificado, com antecedência mínima de 24 horas, da realização das diligências de instrução da Sindicância (inquirições, acareações, expedições de precatórias etc.), para que possa acompanhá-las ou requerer o que julgar de direito.
-

80. Considerando o disposto no Provimento Correicional nº 21, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre a padronização do procedimento de investigação preliminar, aplicável aos servidores civis e militares do estado de Pernambuco submetidos à lei nº. 11.929/2001, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Investigação Preliminar é o procedimento inquisitivo e público, instaurado mediante prévia verificação de admissibilidade da Notícia de Fato de Natureza Disciplinar, com o objetivo de coletar elementos para verificar o cabimento da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, ou outro procedimento pertinente, não constituindo condição de procedibilidade ou pressuposto imprescindível à instauração de Procedimento Administrativo Disciplina.
- B) A Notícia de Fato de Natureza Disciplina será inadmitida quando não se tratar de ocorrência de conduta contrária às normas aplicáveis ao servidor público ou militar do Estado, as irregularidades noticiadas não tiverem caráter administrativo disciplinar; e não houver indicativos mínimos de autoria e materialidade, impossibilitando ou inviabilizando a adoção de uma linha investigativa.
- C) Na hipótese de inadmissão da Notícia de Fato de Natureza Disciplina por não haver indicativos mínimos de autoria e materialidade, impossibilitando ou inviabilizando a adoção de uma linha investigativa, o noticiante, caso não seja anônimo, deverá ser instado a, sendo possível, no prazo de 3 dias úteis, suplementar as informações prestadas.
- D) A Investigação Preliminar deverá ser concluída no prazo de até 20 dias corridos, prorrogáveis por igual período, a contar da data do recebimento do despacho de distribuição ao encarregado da Investigação Preliminar.
- E) O Corregedor Geral Adjunto não é autoridade competente para instaurar Investigação Preliminar.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 01 para as questões de 81 a 88.

A Vida me ensinou

A vida me ensinou a dizer adeus às pessoas que amo, sem tirá-las do meu coração;

Sorrir às pessoas que não gostam de mim, para lhes mostrar que sou diferente do que elas pensam;

Fazer de conta que tudo está bem quando isso não é verdade, para que eu possa acreditar que tudo vai mudar;

Calar-me para ouvir; aprender com meus erros. Afinal, eu posso ser sempre melhor.

A lutar contra as injustiças; sorrir quando o que mais desejo é gritar todas as minhas dores para o mundo.

Amar incondicionalmente, pois também preciso desse amor; a alegrar quem precisa; a pedir perdão; a sonhar acordado; a acordar para a realidade (sempre que fosse necessário); a aproveitar cada instante de felicidade; a chorar de saudade sem vergonha de demonstrar;

A sentir a dor do adeus e do que se acaba, sempre lutando para preservar tudo o que é importante para a felicidade do meu ser; a abrir minhas janelas para o amor; a não temer o futuro;

Me ensinou a aproveitar o presente, como um presente que da vida recebi, e usá-lo como um diamante que eu mesmo tenho que lapidar, lhe dando forma da maneira que eu escolher.

<https://www.andreastropalestras.com.br/single-post/2018/06/20/-a-vida-me-ensinou-texto-por-charles-chaplin>

81. Sobre o texto 01, assinale a alternativa que indica um dos ensinamentos da vida.

- A) Depreciar o momento presente.
- B) Lutar para rejeitar tudo o que é essencial à felicidade.
- C) Pedir perdão exclusivamente àqueles com os quais convivemos.
- D) Sorrir, mesmo em momentos de dor.
- E) Chorar reservadamente para não ser alvo de críticas.

82. No que se refere ao emprego do sinal indicativo da Crase, analise os itens abaixo:

- I. “A vida me ensinou a dizer adeus às pessoas que amo...” – nesse caso, o emprego do sinal indicativo da crase é facultativo.
- II. “A lutar contra as injustiças...” – em relação ao trecho “as injustiças”, poderia haver crase, e isso não caracterizaria desobediência às normas gramaticais vigentes.
- III. “...o que mais desejo é gritar todas as minhas dores para o mundo.” – em “todas as minhas dores”- existe a presença apenas da preposição “a”, daí não haver crase.
- IV. “...a chorar de saudade sem vergonha de demonstrar...” – não há crase por estar diante de verbo.

V. “A sentir a dor do adeus e do que se acaba...” – em “a dor do adeus”, a crase inexistente por haver, apenas, a presença do determinante “a”.

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em

- A) I, III e IV. B) II e V. C) IV e V. D) II e III. E) III, IV e V.

83. No tocante a Classes de Palavras, em qual alternativa abaixo, o termo destacado em maiúscula está classificado CORRETAMENTE em parênteses?

- A) “Fazer de conta que tudo está bem QUANDO isso não é verdade...” (conjunção que exprime circunstância de temporalidade)
 B) “...sempre lutando para preservar tudo O que é importante...” (artigo definido)
 C) “(sempre que fosse NECESSÁRIO)...” (substantivo)
 D) “Sorrir às pessoas que não gostam de MIM...” (pronome demonstrativo)
 E) “...sorrir quando o que mais DESEJO é gritar...” (substantivo)

84. Observe o trecho abaixo:

“Sorrir às pessoas que não gostam de mim, para lhes mostrar que sou diferente do que elas pensam.”

Se substituíssemos “às pessoas” por “àquele jovem”, estaria **CORRETO** o texto indicado na alternativa

- A) Sorrir àquele jovem que não gosta de mim, para lhes mostrar que sou diferente do que ele pensa.
 B) Sorrir àquele jovem que não gostam de mim, para lhes mostrar que sou diferente do que ele pensa.
 C) Sorrir àquele jovem que não gosta de mim, para lhe mostrar que sou diferente do que ele pensa.
 D) Sorrir àquele jovem que não gostam de mim, para lhe mostrar que sou diferente do que eles pensam.
 E) Sorrir àquele jovem que não gosta de mim, para lhe mostrar que sou diferente do que eles pensam.

85. Em relação à Regência Verbal, analise os itens abaixo:

- I. “...aprender com meus erros.”
 II. “A lutar contra as injustiças...”
 III. “...é gritar todas as minhas dores para o mundo.”
 IV. “...a aproveitar cada instante de felicidade...”

É **CORRETO** afirmar que

- A) no item I, o verbo pede complemento não regido de preposição.
 B) no item II, o verbo pede complemento regido de preposição.
 C) no item III, o verbo pede apenas um complemento e este vem regido de preposição.
 D) no item IV, o verbo pede dois complementos: um não regido de preposição e o outro regido de preposição.
 E) tanto no item I como no II, os verbos não pedem complemento.

86. Observe o trecho abaixo:

“...tudo o que é importante PARA A FELICIDADE DO MEU SER;...”

Sobre os termos acima destacados em maiúscula, analise os itens abaixo:

- I. São exemplo de regência nominal.
 II. Completam o sentido do verbo “ser”.
 III. São exemplo de regência verbal.
 IV. Completam o sentido do termo “importante”.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) I, apenas. B) II e IV, apenas. C) I e IV, apenas. D) II e III, apenas. E) I, II, III e IV.

87. Em relação à Ortografia, assinale a alternativa que apresenta uma declaração INCORRETA.

- A) “A lutar contra as INJUSTIÇAS...” – como o termo destacado em maiúscula, grafa-se também “premiças”.
- B) “FAZER de conta que tudo está bem...” – como o termo destacado em maiúscula, escreve-se “abrazar”.
- C) “...a CHORAR de saudade sem vergonha de demonstrar;...” – como o termo destacado em maiúscula, grafa-se “chilindró”.
- D) “...sempre lutando para PRESERVAR tudo...” – como o termo destacado em maiúscula, escreve-se “desolar”
- E) “... a abrir minhas JANELAS para o amor...” – como o termo destacado em maiúscula, grafa-se “mejera”.

88. Todas as alternativas abaixo apresentam dois textos: o primeiro extraído do texto 01 e o segundo, um texto novo. Assinale a alternativa em que o segundo texto NÃO tem o mesmo sentido do primeiro.

- A) 1) “Fazer de conta que tudo está bem quando isso não é verdade”; 2) Fingir que tudo está bem quando isso não é real.
- B) 1) “...sorrir quando o que mais desejo é gritar todas as minhas dores para o mundo.”; 2) alegrar-se quando o que mais quero é anunciar todas as minhas dores ao mundo.
- C) 1) “Amar incondicionalmente, pois também preciso desse amor.”; 2) praticar o amor com limites, considerando que esse amor não me é imprescindível
- D) 1) “...a dizer adeus às pessoas que amo, sem tirá-las do meu coração...”; 2) a despedir-me das pessoas que amo, preservando-as em meu coração.
- E) 1) “...sempre lutando para preservar tudo o que é importante.”; 2) esforçando-se sempre para manter tudo o que é relevante.

Texto 02 para as questões de 89 a 95.

O mundo está em constante evolução. Coisas que antes eram impossíveis aos nossos olhos, hoje são consideradas comuns no nosso cotidiano e até mesmo indispensáveis. Anos atrás era inacreditável imaginar que com um pequeno aparelho em mãos conseguiríamos acessar praticamente qualquer conteúdo que quiséssemos de qualquer lugar do mundo, não é verdade? Essa e outras mudanças foram possíveis graças à tecnologia e à forma como ela avança cada vez mais.

Impactos gerados pela tecnologia

Essas mudanças impactam também o comportamento do ser humano, que tem que aprender a acompanhar essa evolução e conviver com novas tecnologias. Essa adaptação traz consigo uma série de benefícios, como melhora na qualidade de vida, acesso rápido e fácil ao conhecimento, simplificação da troca de informações e a quebra de várias barreiras da comunicação. Outro fator de destaque é a inclusão social. Constantemente surgem novas tecnologias que auxiliam na rotina de pessoas com deficiências físicas e cognitivas, ajudando que essas pessoas tenham mais facilidade para se inserir na sociedade e tenham um padrão de vida melhor.

A tecnologia durante a pandemia do Covid-19

É importante também ressaltar que durante a pandemia do Covid-19 foi notório que a tecnologia desempenhou um papel fundamental, não somente para indivíduos mas também para organizações. Ela possibilitou que relações fossem mantidas mesmo que à distância; contribuiu para o fácil acesso e a divulgação de informações importantes, ajudou para que negócios sobrevivessem e outros até mesmo crescessem ainda mais, como foi o caso do e-commerce.

<https://www.infor.net.com.br/blog/a-importancia-da-tecnologia-no-nosso-cotidiano/> Acesso em 04/02/2023.

89. Em qual alternativa abaixo, existe uma mensagem que contraria o que o texto declara?

- A) Na pandemia, a tecnologia foi de grande relevância apenas para as pessoas.
- B) A tecnologia tem produzido muitas mudanças na vida humana.
- C) Anos atrás, era impossível acreditar que um aparelho nos manteria conectados com o mundo inteiro.
- D) As mudanças trazidas com a tecnologia repercutem no comportamento humano.
- E) A tecnologia tem oportunizado muitos benefícios à inclusão social.

90. Observe os itens abaixo:

- I** O mundo está em constante evolução.
- II.** Essa e outras mudanças foram possíveis graças à tecnologia e à forma como ela avança cada vez mais.
- III.** Outro fator de destaque é a inclusão social.
- IV.** Constantemente surgem novas tecnologias que auxiliam na rotina de pessoas com deficiências físicas e cognitivas, ajudando que essas pessoas tenham mais facilidade para se inserir na sociedade e tenham um padrão de vida melhor.

Em qual (ais) dos itens, o período é simples?

- A) Em I e IV, apenas.
 B) Em I, apenas.
 C) Em II e III, apenas.
 D) Em I e III, apenas.
 Em I, III e IV, apenas.

91. Assinale a alternativa cujo termo em parênteses NÃO tem o mesmo significado do termo destacado no texto.

- A) "...hoje são consideradas comuns no nosso cotidiano e até mesmo **INDISPENSÁVEIS**." (imprescindíveis)
 B) "...que tem que aprender a **ACOMPANHAR** essa evolução." (seguir)
 C) "Impactos **GERADOS** pela tecnologia" (produzidos)
 D) "É importante também **RESSALTAR** que durante a pandemia do Covid-19..." (destacar)
 E) "Ela **POSSIBILITOU** que relações fossem mantidas mesmo que à distância..." (impediu)

92. Observe o fragmento de texto abaixo:

Essa e outras mudanças foram possíveis graças à tecnologia e à forma como ela avança cada vez mais.

Se o termo "graças" fosse substituído por "devido" e, ainda, se os termos "tecnologia" e "forma" estivessem no plural, estaria CORRETO o que se indica na alternativa

- A) Essas e outras mudanças foram possíveis devido à tecnologias e à formas como ela avança cada vez mais.
 B) Essas e outras mudanças foram possíveis devido às tecnologias e à formas como ela avança cada vez mais.
 C) Essas e outras mudanças foram possíveis devido as tecnologias e as formas como ela avança cada vez mais.
 D) Essas e outras mudanças foram possíveis devido às tecnologias e às formas como ela avança cada vez mais.
 E) Essas e outras mudanças foram possíveis devido às tecnologias e as formas como ela avança cada vez mais.

93. Observe o fragmento de texto abaixo:

...impactam também o comportamento **DO SER HUMANO**, que tem que aprender a acompanhar essa evolução..."

Se os termos acima destacados em maiúscula fossem substituídos por "DOS HOMENS", estaria CORRETO o que se indica na alternativa

- A) Impactam também o comportamento dos homens, que têm que aprender a acompanhar essa evolução...
 B) Impactam também o comportamento dos homens, que tem que aprender a acompanhar essa evolução.
 C) Impactam também o comportamento dos homens, que têm que aprenderem a acompanhar essa evolução.
 D) Impactam também o comportamento dos homens, que têm que aprenderem a acompanharem essa evolução.
 E) Impactam também o comportamento dos homens, que tem que aprenderem a acompanhar essa evolução.

94. Observe o fragmento de texto abaixo, atentando para os termos destacados em maiúscula:

"Essa e outras mudanças foram possíveis **GRAÇAS À TECNOLOGIA E À FORMA** como ela avança cada vez mais."

Sobre esses termos destacados, eles são exemplo de

- A) Concordância Verbal.
 B) Concordância Nominal.
 C) Regência Nominal.
 D) Regência Verbal.
 E) Sintaxe da oração.

95. No tocante à Acentuação, analise os itens abaixo:

- I. "Coisas que antes eram **IMPOSSÍVEIS** aos nossos olhos..." – a tonicidade do termo destacado recai na antepenúltima sílaba, razão por que é acentuado.
 II. "Anos atrás era **INACREDITÁVEL** imaginar que com um pequeno aparelho em mãos..." – o acento do termo destacado se justifica por ser paroxítona terminada em "l".

- III. “Essas mudanças impactam **TAMBÉM** o comportamento do ser humano...” – acentua-se o termo destacado por ser uma paroxítona terminada em “em”.
- IV. “...para que **NEGÓCIOS** sobrevivessem e outros até mesmo crescessem ainda mais...” – o acento do termo destacado se justifica por ser paroxítona terminada em ditongo crescente.

Estão **CORRETOS** apenas

- A) II e III.
 B) I, III e IV.
 C) II e IV.
 D) III e IV.
 E) I e III.

96. Observe as colunas abaixo. Na coluna da direita, em cada nome, existe uma lacuna. Esta deve ser preenchida **CORRETAMENTE** com uma das letras indicadas na coluna da esquerda.

- | | | |
|-----|-----|-----------|
| (z) | () | Parali_ar |
| (s) | () | Apra_ar |
| (j) | () | Ti_ela |
| (g) | () | _ia |
| | () | A_ia |
| | () | Li_eiro |

Assinale a alternativa que indica a sequência **CORRETA**.

- A) s/z/g/j/z/g
 B) s/z/j/g/z/j
 C) z/s/j/g/z/j
 D) s/z/g/j/j/g
 E) z/s/g/j/z/j

Texto 03 para a questão 97.

A Rã e o Boi

Uma rã estava no prado olhando um boi e sentiu tal inveja do tamanho dele que começou a inflar para ficar maior.

Então, outra rã chegou e perguntou se o boi era o maior dos dois.

A primeira respondeu que não – e se esforçou para inflar mais.

Depois, repetiu a pergunta:

– Quem é maior agora?

A outra rã respondeu:

– O boi.

A rã ficou furiosa e tentou ficar maior inflando mais e mais, até que arrebentou.

Moral da história: Quem tenta parecer maior do que é se arrebenta

<https://www.todamateria.com.br/tipos-de-textos/> Acesso em 06.02/2023

97. Sobre o texto 03, é **CORRETO** afirmar que se trata de um texto

- A) narrativo.
 B) descritivo.
 C) injuntivo.
 D) expositivo.
 E) dissertativo.

98. Sobre a redação das correspondências oficiais, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Quem comunica pode ser tanto o serviço público como o privado.
- B) O que se comunica é algo relativo às atribuições do órgão ou da empresa que comunica.
- C) Redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos.
- D) A redação oficial deve ser árida e contrária à evolução da língua.
- E) A finalidade básica da correspondência oficial impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, assemelhando-se ao texto jornalístico e à correspondência particular.

Texto 04 para as questões 99 e 100.

O que somos para os outros diz sobre a nossa identidade. O sentido da vida está no outro. Podemos construir um mundo melhor ou viver em nosso mundinho individualista cheio de espelhos que refletem somente a solidão de alguém sem sentido para viver.

Dê sentido a sua vida.

<https://www.correntebrasil.com.br/2021/11/de-sentido-a-sua-vida-2/?gclid=CjwKCAiAxP2eBhBiEiwA5puhNfGpWM0Nn6QHdK0e59e>. Acesso em 07.02.2023

99. Após a leitura do texto 03, conclui-se que

- A) viver na solidão é a melhor opção de vida humana.
- B) ao próximo, precisamos, muitas vezes, dar desprezo.
- C) sem se deter no próximo, alcançaremos muito sucesso.
- D) o olhar atento no outro dá sentido à vida.
- E) é preciso viver a individualidade para ser feliz.

100. Em qual alternativa a classificação (em parênteses) do termo destacado em maiúscula está INCORRETA?

- A) “O que somos para os outros diz **SOBRE** a nossa identidade.” – (Preposição)
- B) “Podemos construir um mundo **MELHOR...**” (Adjetivo)
- C) “...em **NOSSO** mundinho individualista cheio de espelhos...” (Pronome)
- D) “...que refletem **SOMENTE** a solidão de alguém...” (Advérbio)
- E) “...em nosso **MUNDINHO** individualista cheio de espelhos ...” (Adjetivo)

CFOA/ BM